

# TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NOS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO MUNICÍPIO DE MACAÉ/RJ: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO PERÍODO DE 2005 A 2021.

Ronilda Maria Rodrigues da Costa<sup>1</sup>  
Adriana Feliciano<sup>2</sup>  
Raquel de Lima Silva<sup>3</sup>  
Sara Barroso de Castro<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este trabalho visa demonstrar o trabalho técnico social nas ações de remoção das famílias das áreas consideradas de risco e não edificantes, assim como demandas espontâneas por moradia dos projetos de urbanização e produção habitacional de interesse social no Município de Macaé/RJ, realizado de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Habitação. Apresenta-se, portanto, um relato de experiência do trabalho do(a) profissional do Serviço Social na equipe Técnico Social do órgão municipal responsável pela política habitacional no município de Macaé/RJ, no período de 2005 até a presente data.

**PALAVRAS-CHAVE:** políticas de habitação. urbanização. habitação. serviço social. equipe multidisciplinar.

**ABSTRACT:** This work aims to demonstrate the social-related technical actions concerning the relocation of families from risky and non-housing areas, as well as spontaneous demands for housing on the urbanization and housing production projects of social interest of the County of Macaé/RJ, carried out by its housing policy responsible body and in accordance with the guidelines of the National Housing Policy. Furthermore, it describes the work experience of the Macaé County Social Work Technical Team professionals from 2005 to the present date.

**KEYWORD:** housing policies. urbanization. housing. social service. multidisciplinary team.

## Introdução

O município de Macaé/RJ passou por grandes transformações nas últimas quatro décadas, marcadas pelo início das atividades de exploração de petróleo na Bacia de Campos, em meados da década de 1970; pela quebra do monopólio da exploração de petróleo no final dos anos 1990 que permitiu que outras empresas concorrentes passassem a atuar no Brasil; e o incremento da indústria de óleo e gás com a descoberta e exploração da camada pré-sal. Todo esse movimento da economia fez de Macaé o município com a maior taxa de crescimento populacional da região e atraiu,

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Secretaria Adjunta Municipal Macaé/RJ. e-mail: ronilda.rodrigues@gmail.com.

<sup>2</sup> Assistente social. Secretaria Adjunta Municipal Macaé/RJ. E-mail: adrianasfeliciano@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Assistente social. Secretaria Adjunta Municipal Macaé/RJ. e-mail: rlsraquel.delima@gmail.com.

<sup>4</sup> Assistente social. Secretaria Adjunta Municipal Macaé/RJ. e-mail: sara\_castro2007@gmail.com.

em igual medida, centenas de empresas afins à atividade do arranjo produtivo do óleo e gás.

O orçamento milionário dos *royalties* do petróleo não preservou a cidade de Macaé da chamada “maldição do petróleo”<sup>5</sup> que é a manutenção da pobreza em países com grande produção de óleo. Em Macaé, devido à falta de infraestrutura urbana, à poluição da lagoa com esgoto sem tratamento, ao aumento da demanda e a alta valorização do custo das moradias ocorreu um deslocamento da população de menor renda para as áreas consideradas periféricas da cidade, muitas delas irregulares e clandestinas.

Segundo o Plano Local da Habitação de Interesse Social (PLHIS), “ao analisar a estruturação do espaço urbano de Macaé pós Petrobras, merece destaque a predominância da população de baixa renda no estuário do Rio Macaé, assentada em ocupações irregulares sobre faixas marginais de proteção, em áreas de risco ou de preservação ambiental.”

Diante desse cenário, surge, em 1982, um dos mais relevantes projetos habitacionais de Macaé, denominado “Conjunto Habitacional Parque Aeroporto”, feito pelo Governo do Estado, por meio da Cehab (Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro), que consistiu na construção de 1.572 unidades, com área construída variando de 22 a 44 m<sup>2</sup>, visando atender à demanda populacional de famílias carentes.

No ano de 1994, outro investimento habitacional relevante foi a denominada “Vila Badejo” com a construção de 300 unidades, pela iniciativa privada, que possibilitou acesso da chamada classe média baixa ao financiamento bancário à moradia.

Somente a partir de 2005, com o início da construção do denominado “Condomínio Cidadão”, com 307 unidades habitacionais na Zona Especial de Interesse Social Nossa Senhora da Ajuda, é que Macaé aporta seus primeiros recursos próprios em habitação de interesse social visando reduzir o déficit habitacional no município.

Diante desse contexto de retomada de transformações urbanas pautadas nas políticas públicas habitacionais, iniciou-se a experiência vivenciada pelo Serviço Social com a formação da Equipe Técnico Social na implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), subsidiada pela Política Nacional (PNHIS), que visa não somente o acesso a uma moradia digna, mas também outras condições inerentes ao exercício da cidadania.

Atualmente, o Serviço Social opera baseado nas normas e orientações da Portaria nº 464/2018, do extinto Ministério das Cidades, hoje Ministério do Desenvolvimento Regional, que define o Projeto Técnico Social (PTS) como “um conjunto de ações, realizado a partir de estudos, diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional”, alinhado ao Projeto Ético Político da categoria.

Este trabalho toma como base o marco teórico, contido na legislação de âmbito nacional e municipal no que concerne à Habitação de Interesse Social (HIS), além de Manuais Temáticos e produção documental fundamentada em pesquisas do material bibliográfico produzido através de experiências *in loco*, de cunho empírico, privilegiando

---

<sup>5</sup> ROSS, M. L. *A Maldição do Petróleo*. Como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações. Princeton University, 2015.

uma análise na perspectiva teórico-metodológica materialista com visão multidimensional integrada do PTS.

## **Desenvolvimento**

Este relato de experiências consiste em apresentar o TTS (Trabalho Técnico Social) desenvolvido junto à produção de habitação de interesse social no município de Macaé, de 2005 a 2021, mencionando os avanços e os desafios na atuação do(a) profissional do Serviço Social da Equipe Técnico Social, levando em conta as várias vertentes que envolvem esse trabalho.

Portanto, apresentam-se os seguintes projetos:

### **Empreendimento “Condomínio Cidadão”**

Com o objetivo de amenizar o déficit habitacional local, o município de Macaé construiu o empreendimento denominado “Condomínio Cidadão” com recursos próprios e tijolos ecológicos produzidos pela fábrica de tijolo municipal.

O residencial é composto por 307 unidades habitacionais, sendo 100 unidades de 2 quartos, 200 unidades 1 quarto, além de 7 unidades adaptadas para pessoas com deficiência.

O público-alvo foram as famílias que viviam em assentamentos precários, em especial nas áreas de risco e de preservação permanente, assim como famílias encaminhadas por vários órgãos da sociedade civil organizada que atuam na defesa dos direitos da pessoa humana.

Com a assinatura, em 2006, do Termo de Cooperação e Parceria celebrado entre a Caixa Econômica Federal e a Empresa Pública Municipal de Habitação, Urbanização, Saneamento e Águas (EMHUSA), para a carta de crédito, na modalidade Operações Coletivas, de acordo com a Resolução nº 460 do CCFGTS (Conselho Curador do FGTS), passou a ser exigida, da entidade organizadora (EMHUSA – Município), a elaboração e a realização do trabalho técnico social.

Em 2008, Macaé recebeu o prêmio de “Selo Cidade Cidadã”, da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados pelo projeto “Condomínio Cidadão”.

A destinação das unidades levou em conta os laços afetivos (familiares e de vizinhança), o número de membros das famílias e a existência no núcleo familiar de pessoas com deficiência.

### **Empreendimento “Residencial Morada das Rosas”**

Com intuito de atender as mulheres chefes de família, em 2009 foi construído o empreendimento chamado “Residencial Morada das Rosas”, o qual é composto por 32 unidades habitacionais, com 2 quartos cada uma.

O Residencial é localizado na Zeis - Zona Especial de Interesse Social vazia, no bairro Nossa Senhora da Ajuda de Baixo, e é fruto da Lei Municipal nº 2.683/2005 que instituiu percentual para mulheres chefes de família.

Posteriormente, a Lei Municipal nº 3.278/2009 que estabeleceu modificações na estrutura e mecanismo da Política Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, no

Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e em seu Conselho Gestor e no Sistema de Informações Habitacionais de Interesse Social – SHIS, consolidou as legislações municipais sobre a matéria e estabeleceu a cota de 30% das unidades dos empreendimentos habitacionais de interesse social para mulheres chefes de família de baixa renda.

### **Programa de Arrendamento Residencial**

No período de 2008 e 2010, foram entregues 256 unidades do PAR - Programa de Arrendamento Residencial no Bairro da Ajuda de Baixo, no loteamento Bosque Azul, 494 unidades construídas no Bairro Granja dos Cavaleiros, distribuídos em dois condomínios, Residencial Parque dos Cavaleiros I e II.

O público-alvo foi a demanda espontânea do município que tinha renda comprovada, mediante cadastro habitacional.

Apesar de não ser uma exigência da Lei Federal n. 10.188/2001 que instituiu o programa e da Portaria nº 493 de 4/10/2007, do extinto Ministério das Cidades que o implementou, o Serviço Social participou da seleção dos beneficiários, esclarecendo as regras do programa para os selecionados.

### **Programa Minha Casa Minha Vida**

Em 2009, o Município de Macaé assina o convênio com a Caixa Econômica Federal, na qualidade de responsável pela operacionalização do “Programa Minha Casa Minha Vida” (PMCMV), instituído pela Medida Provisória 459, de 25/3/2009.

O Programa Minha Casa Minha Vida tinha como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e compra de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de 0 a 10 salários-mínimos.

Em Macaé, foi realizada a construção de 2.208 unidades no Loteamento Bosque Azul, localizado na Zeis Bosque Azul, sendo 1.104 unidades destinadas à demanda espontânea, mediante cadastro habitacional, para a população que residia ou trabalhava no município de Macaé; e 1.104 unidades reservadas à remoção das famílias que estavam nas áreas impróprias para moradia, atendendo ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e às Ações Cíveis Públicas (ACP's) que tramitam na justiça federal, movida em face do município.

Assim, foi criado o Conjunto Habitacional Dr. Carlos Emir Mussi.

### **Plano Local de Habitação de Interesse Social –PLHIS**

Em 2010, o Município de Macaé aprovou o PLHIS (Plano Local Habitação de Interesse Social) que constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores para o planejamento e a gestão habitacional municipal.

O Serviço Social participou ativamente no trabalho de campo, em especial na fase de diagnóstico, bem como nos processos de discussão participativa para a definição dos objetivos, metas e ações.

## **Projeto de Urbanização do Complexo da Ajuda**

O Complexo da Ajuda é composto pelo Bairro Ajuda de Baixo e Planalto da Ajuda e foi contemplado pelo Projeto de Urbanização através do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento, conjugado com PMCMV através dos Termos de Compromissos N° 0352706-61/2011-CAIXA/MDR/Ajuda-Macaé/RJ e N° 0352706-61/PPI FAVELAS.

O Projeto de Urbanização do Complexo da Ajuda foi apresentado à população beneficiária em 2011 e tinha as seguintes metas: a infraestrutura, a produção habitacional, a regularização fundiária e melhoria habitacional e o trabalho técnico social. A etapa de melhoria habitacional foi a única meta que foi suspensa pelo extinto Ministério das Cidades.

O Projeto de Infraestrutura do bairro ocorreu em 50% da área prevista, onde a rede de esgoto existente foi substituída por uma nova rede. As elevatórias somente poderão ser construídas quando a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do bairro adjacente chamado Aeroporto estiver concluída para destinação do esgoto.

A produção habitacional foi concluída com a construção de 128 unidades, cujo público-alvo foram moradores oriundos de áreas consideradas impróprias para moradia, como a faixa de proteção de linha de transmissão de energia, a faixa de proteção do gasoduto da Transpetro, bem como a margem do Canal do Arrozal.

A regularização fundiária está em processo cartorário, com indicação para uma nova revisão dos dados dos moradores e do território.

O Projeto de Trabalho Social foi contratado pelo município através de licitação pública que selecionou a empresa para execução do trabalho técnico social.

A equipe de Serviço Social da Secretaria Municipal Adjunta de Habitação (SEMHAB) atuou como fiscal do citado contrato.

Em 2020 foi feita a reprogramação do valor residual do PTS para a implementação da gestão do condomínio das 128 unidades, cujo processo de contratação está em fase de licitação no momento.

## **Projeto Nova Esperança**

O Projeto de Urbanização do Assentamento Precário de Nova Esperança, inscrito e aprovado no extinto Ministério das Cidades, com financiamento oriundo do FGTS, foi iniciado no ano de 2009.

O projeto previa cinco metas: infraestrutura, produção habitacional, regularização fundiária, melhoria habitacional e o trabalho técnico social.

No referido projeto foram executadas as metas de produção habitacional e de infraestrutura das bacias I e III. Atualmente, resta finalizar a meta de infraestrutura da bacia II, que consiste na construção de elevatórias e tanque de contenção de águas das chuvas.

A meta de melhoria habitacional foi suprimida pelo extinto Ministério das Cidades, hoje Ministério de Desenvolvimento Regional.

## **Bairro Morro de Santana**

Em dezembro de 2013, o bairro Morro de Santana foi acometido por um deslizamento da encosta que atingiu as famílias que residiam na área afetada, ocasionando o soterramento e a morte de uma criança.

Na ocasião os moradores foram alocados em abrigos provisórios e, em seguida, encaminhados para o aluguel emergencial, nos quais ficaram por dois anos, conforme os critérios da Lei Municipal n. 3.278/2009.

O Município de Macaé, por meio da Lei Municipal n. 4.034/2014, instituiu o “Programa Compra Assistida”, com o objetivo de atender a necessidade de realocação dos moradores do Morro de Sant'Anna, que possuíam residências em situação de risco iminente, e garantir o acesso à moradia digna e adequada.

As demais famílias do bairro Morro de Santana que preenchiam a regras do PMCMV foram encaminhadas para o Conjunto Habitacional Dr. Carlos Emir Mussi.

## **O Fazer Profissional do Assistente Social no Projeto de Habitação de Interesse Social**

A inserção do profissional de Serviço Social na Política de Habitação de Interesse Social no município de Macaé ocorreu a partir do ano de 2006, com a implementação do primeiro empreendimento habitacional, denominado “Condomínio Cidadão”, no qual a equipe social realizou o acompanhamento das famílias que foram beneficiadas com as unidades construídas no loteamento denominado Bosque Azul.

As atividades desenvolvidas junto aos moradores desse empreendimento seguiram o Cots – Caderno de Orientação do Trabalho Técnico Social, da Caixa Econômica Federal, que foi substituído pela Portaria 464/2018, do extinto Ministério das Cidades, atual Ministério de Desenvolvimento Regional.

Assim, foram trabalhados os seguintes eixos: mobilização, organização e fortalecimento social, educação ambiental e patrimonial, desenvolvimento socioeconômico, assessoria condominial e acompanhamento de gestão social da intervenção.

Em consonância com as diretrizes do PTS, a equipe social desenvolveu várias atividades junto aos moradores, no sentido de garantir a participação popular nos projetos a serem implementados na comunidade, tais como: grupos multifocais; oficinas com temáticas; assembleias de abertura e fechamento de etapas; travessias nas comunidades para reconhecimento da área e pontos de acúmulo de lixo; mutirão para a construção dos muros das unidades do Condomínio Cidadão; projeto de inclusão digital, instituição da CAO (Comissão de Acompanhamento da Obra); encaminhamento para rede de Assistência Social, reunião integrada das equipes de engenharia e arquitetura com moradores da rua, onde as obras aconteceram; eleição de representantes dos blocos dos Projetos Habitacionais; identificação de lideranças espontâneas (lideranças não instituídas); encaminhamentos de moradores para aproveitamento da mão-de-obra local nas obras do projeto; encaminhamentos de demandas para outros setores da municipalidade; eventos comemorativos em datas festivas, entre outras ações previstas no cronograma de atividades PTS.

Vale ressaltar que, inicialmente, a execução PTS nos Projetos de Produção Habitacional funcionava como contrapartida do município, executado pela equipe social do órgão responsável pela política habitacional, na época, a empresa de habitação chamada EHMUSA.

No ano de 2008, o município assinou o primeiro convênio do PAC I (Programa de Aceleração do Crescimento) para Urbanização de Assentamentos Precários no bairro Nova Esperança. Nessa oportunidade, o Projeto Técnico Social foi realizado pela equipe social do órgão de habitação como contrapartida do município.

Em 2012, na vigência do PAC II, foi destinada verba de 2,5% do valor da obra para execução do PTS, posteriormente tal percentual foi reduzido para 2% do total da obra, conforme Portaria 464/2018, do extinto Ministério das Cidades.

A destinação de verba carimbada para o trabalho permitiu contratar empresas especializadas para a sua execução, com adequação da quantidade de recursos humanos, bens e serviços, possibilitando prestar um atendimento adequado à população.

Sobre a perspectiva da atuação do(a) assistente social na trajetória dos Projetos de Urbanização de Assentamento Precários, identifica-se o grande avanço no sentido de garantir a participação dos moradores em todas as etapas de planejamento e execução dos projetos.

O Serviço Social atua como porta de entrada para as demandas da população e visa garantir o acesso às Políticas Públicas, em especial a de habitação, de acordo com o que determina a Constituição Federal.

Na prática profissional, o agir do assistente social contribui para superação das desigualdades e ao atendimento aos direitos dos cidadãos, conforme a seguir:

O Assistente Social trabalha com essas expressões cotidianas, tendo que pensar de forma propositiva para superação das desigualdades sociais, não adotando uma postura messiânica, mas buscando por meio de uma intervenção pautada em conceitos éticos políticos construídos coletivamente e através da articulação com os projetos macro-societários contra hegemônicos. O projeto ético político profissional vem aprimorar essa essencialidade de pensar e repensar o cotidiano da forma totalizante, haja vista que o profissional de Serviço Social está inserido no contexto Neoliberal. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 72)

Para o atendimento aos usuários, o Serviço Social nessa Secretaria lançou mão dos instrumentos técnicos operativos para abordagens individuais, institucionais e de supervisão, norteadas nos princípios fundamentais contidos no Código de Ética, para conduzir a sua prática profissional, promovendo constantes discussões sobre rotinas e estratégias de intervenção, primando pela garantia de um espaço de trabalho que permita o acolhimento do usuário, a apreensão da sua realidade e a defesa da autonomia profissional.

Nesse sentido, o trabalho multidisciplinar articulado é fundamental para o alcance dos objetivos. A atuação neste campo caracteriza-se por uma ação de caráter multidisciplinar, numa perspectiva interprofissional de estratégia de trabalho em equipe, uma vez que se atua no mesmo espaço, com equipe composta por profissionais de diversas áreas do conhecimento como: engenharias civil, ambiental, agrimensor, arquitetura, direito, administração, psicologia, sociologia, pedagogia e finanças, em um processo de

comunicação e troca de informações contínua que visa o compartilhamento de saberes que culminam na tomada de decisões no que se refere aos projetos executados.

A experiência do Serviço Social nessa Secretaria de Habitação teve sua atuação profissional reconhecida ao longo dos anos, na medida em que as suas avaliações, seus pareceres e suas contribuições são levadas em consideração nos processos de tomada de decisão em relação ao conjunto de ações e atividades executadas no âmbito dos programas habitacionais e seus desdobramentos.

[...] na articulação entre diferentes áreas, deve-se se respeitar a autonomia, método, conceitos, enfim, as especificidades de cada campo do conhecimento. Esse trabalho prevê a troca recíproca de conhecimento entre as áreas do saber, com o compartilhamento de objetivos comuns para a ação (...) (ELY, 2003, p. 113-117).

O processo de trabalho realizado junto à população atendida baseia-se na sensibilização dos beneficiados, no sentido de prestar todas as informações necessárias e dirimir os pontos de conflitos, atuando como mediador das relações sociais envolvidas no processo.

Esse trabalho é fomentado em consonância com o Projeto Político do Serviço Social que visa o rompimento com uma cultura clientelista e paternalista, em que os representantes locais atuam como uma extensão das lideranças governamentais do município, reforçando o fortalecimento de práticas de cunho “politiqueiro” e projetos de natureza compensatória, com favorecimento de determinados segmentos populacionais em detrimento de outros, em desacordo com o que preconizam as Políticas Públicas e o artigo 6º. da Constituição Federal.

Cabe salientar que, em referência ao PMCMV, foram realizadas ações nos períodos pré e pós-mudança dos moradores para novas unidades, como a realização de selagens dos imóveis, cadastros socioeconômicos e acompanhamento das famílias, desde a fase inicial até o momento da entrega das unidades, atividades essas previstas no cronograma do PTS.

Foram realizadas ações de cunho socioeducativo que visavam a promoção de educação financeira e patrimonial para viabilizar o consumo consciente dos recursos e equipamentos no ambiente privativo das unidades e nos espaços de uso comum.

Frise-se que grande parte dos usuários contemplados por essas unidades saíram de casas para viver sua primeira experiência de moradia em edificações verticais, com regras de convivência, responsabilidade financeira junto ao agente credor e as concessionárias de serviços essenciais, com gestão condominial, dentre outras responsabilidades.

O ingresso desses usuários ao PMCMV propiciou o direito à garantia de moradia de qualidade, sendo que, para muitos, o seu primeiro acesso a um endereço formal com condições dignas de habitabilidade, assim como o seu reconhecimento como ser social inserido oficialmente na sociedade formal como portador de direitos e cumpridor de deveres.

Outra vertente da atuação profissional do Serviço Social nessa área em questão, refere-se ao trabalho de articulação de rede que se caracteriza por programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado e seus entes públicos ou privados, visando a garantia de assegurar determinados direitos de cidadania para determinados segmentos sociais, culturais, éticos ou econômicos.

No contexto do município de Macaé, a articulação de rede se dá através da instituição de parcerias público privada, em sentido lato, envolvendo agentes de diversos setores, como: Secretarias da Assistência Social, Saúde, Educação, Comunicação, Segurança, Defesa Civil, Trabalho e Renda, Serviços Públicos e as Concessionárias de Serviços Públicos de luz, água e gás.

O agir profissional como perspectiva da garantia de direitos à moradia que não se resume apenas a um “teto”, mas ao direito à cidade, assim compreendida:

A cidade deve ser compreendida como forma espacial e lugar de concentração da produção, circulação ,edificações, população, consumo de bens e serviços. A cidade que concentra e difunde o urbano, é um centro de decisão política (RODRIGUES, 2007, p. 79).

O acesso a outras políticas públicas como de saúde, educação, saneamento, trabalho, cultura, meio ambiente, assistência social, dentre outras, revela-se primordial para o exercício da cidadania.

## **Considerações Finais**

Ao final desse relato de experiência é imperioso apresentar alguns desafios para o desenvolvimento do TTS na Secretaria Adjunta Municipal de Habitação.

Esses estudos consideram, também, as características da intervenção visando promover o exercício da participação e sua qualidade de vida para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

Considerando a premissa acima citada e as observações apreendidas ao longo das experiências adquiridas a partir dos anos de trabalho à frente do Serviço Social nessa Secretaria, pode-se apontar como principais desafios na implantação dos programas habitacionais os seguintes fatos abaixo descritos:

a) Segregação socioespacial, uma vez que esses empreendimentos estão localizados na zona norte do município, localidade essa, historicamente definida como “depois da ponte”, localizado no primeiro subdistrito Barra de Macaé, que contempla a região compreendida por bairros caracterizados por uma população, em sua maioria, de baixa renda, com um número limitado de equipamentos públicos que, por sua vez, não puderam absorver o aumento da população gerada a partir da implantação dos novos empreendimentos habitacionais<sup>6</sup>.

Em relação à inserção urbana deste novo público, identifica-se que não houve interesse político em executar os projetos previstos para a construção de creche, de escola e de Unidade Básica de Saúde, assim como o sistema de esgotamento sanitário, a melhoria na concessão dos serviços de transporte público, os vícios construtivos entre outros, sendo motivo de grande insatisfação da população atendida.

b) Ausência do poder público, principalmente no que se refere à segurança dos empreendimentos, propiciando o aumento da ação do poder paralelo no local, promovendo invasões de unidades, assédio e expulsão de moradores, sucessivos furtos

---

<sup>6</sup> “A cidade deve ser compreendida como forma espacial e lugar de concentração da produção, circulação, edificações, população, consumo de bens e serviços. A cidade que concentra e difunde o urbano, é um centro de decisão política” (RODRIGUES, 2007, p. 79).

de elementos estruturais das edificações e descumprimentos das normas de convivência em condomínio;

c) Conjuntura de extrema vulnerabilidade social da demanda atendida, principalmente após as sucessivas crises de ordem econômica e de saúde pública (covid-19), que ocasionou um cenário de grande desemprego, endividamento de famílias, causando grandes impactos em diversos aspectos da vida da população supracitada. Quadro de inadimplência, causado pela perda do poder aquisitivo por parte dos moradores, situação essa que não é devidamente fiscalizada por parte do agente financeiro, assim como as negociações informais (contrato de gaveta) de unidades realizadas pelos beneficiários em desacordo com o contrato por eles previamente assinados;

d) Intervenção do poder político local, que se caracteriza pela tentativa de descumprimento nas regras dos programas habitacionais, que possuem critérios pré-determinados de acesso aos mesmos, por se tratar de uma política nacional com financiamento do Governo Federal, a qual requer transparência em todas as etapas do processo, desde a divulgação, inscrição e sorteio, não sendo passível de alterações na concessão do benefício.

Este trabalho aborda a contribuição do(a)s assistentes sociais que trabalham nos Projetos da Habitação de Interesse Social, diante dos desafios acima apresentados, no sentido de promover a autonomia, a ampla disseminação de informações para o acesso ao direito da moradia digna e com condições de habitabilidade, assim como a promoção da emancipação e do protagonismo do usuário em todo o processo, para que ele não seja somente um sujeito detentor de direitos, mas, também, um cidadão ciente de seus deveres<sup>7</sup>.

No cenário nacional, com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, permitiu-se o atendimento das famílias com renda de 0 a 3 salários-mínimos, não necessariamente comprovadas, mas sim declarados, facilitando o acesso.

A requisição de assistentes sociais para atuação em políticas urbanas, especificamente em políticas de urbanização e produção habitacional tem crescido nas últimas décadas em todo o país. Isso porque, acompanhando um movimento global, o poder público municipal tem investido em programas de urbanização, notadamente com recursos provenientes de financiamento multilaterais ou mesmo de Orçamento da União, face à necessidade de inserção da cidade na lógica de reordenamento do espaço urbano, urbanização de Assentamentos Precários<sup>8</sup>.

O programa Casa Verde Amarela preconiza promover o desenvolvimento institucional de forma eficiente no setor de habitação e estimular a modernização do setor da construção e a inovação tecnológica.

---

<sup>7</sup> É importante destacarmos que, com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, houve um avanço no que concerne ao acesso às Políticas de Habitação e Interesse social para a população de baixa renda, pois, anteriormente, eram direcionadas à classe média usando critérios de vínculo empregatício e renda, assumindo um caráter excludente.

<sup>8</sup> Como contraponto a uma política inclusiva adotada pelo extinto Programa Minha Casa Minha Vida, foi instituído o chamado Programa Casa Verde Amarela, em 2021 (Lei 14.118/21). O programa reúne iniciativas habitacionais do Governo Federal para ampliar o estoque de moradias e atender às necessidades habitacionais da população.

Essa política vem reafirmando o projeto neoliberal, caracterizando uma “nova roupagem” na política de habitação, correspondendo aos anseios do capitalismo sob a lógica de mercado.

O Trabalho Técnico Social, nos projetos de urbanização de Assentamentos Precários no Município de Macaé-RJ, tem a sua atuação pautada conforme as orientações contidas nas leis, portarias e normativas para a execução do PTS, contribuindo para a implantação de uma política habitacional que obedece aos preceitos da democracia e da cidadania, visando a participação popular e o atendimento das demais demandas do Serviço Social.

A atuação, por vezes, é atravessada por contradições, particularidades locais, desafios e limites que impactam na atuação profissional.

## Referências

BRASIL. Constituição [1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 2 nov. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

BRASIL. Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018. **Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades**. Brasília: Ministério das Cidades, 2018.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude\\_-\\_versao\\_preliminar.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Assistentes_Sociais_na_Saude_-_versao_preliminar.pdf). Acesso em: 2 nov. 2021.

ELY, F. R. Serviço Social e interdisciplinaridade. **Katálysis**, Florianópolis, v. 6, n.1, p.113-117, jan. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7123/6625>. Acesso em: 2 nov. 2021.

SA, M. E. R. A cidade, a reestruturação Produtiva e a Nova Ordem Mundial: cidade, proteção e controle social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, 2006.